

Revista Brasileira de Odontologia Legal – RBOL

ISSN 2359-3466

<http://www.portalabol.com.br/rbol>



Revisão de Livro – *Book Review*

TÍTULO: ODONTOLOGIA LEGAL

Organizadores: Jeidson Antonio Morais Marques; Wanessa Maria de Freitas Aras.

Editora: Leud.

Ano (Edição/Tiragem/Páginas): 2017 (1ª edição, 456p).

Linguagem: português.

Revisado por:

Ricardo Henrique Alves da Silva. Professor de Odontologia Legal, Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Brasil. ricardohenrique@usp.br.

Victor Jacometti. Aluno de Mestrado (Odontologia Legal), Universidade de São Paulo (USP), Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Brasil. victor.jacometti@usp.br.

BIOGRAFIA DOS ORGANIZADORES

A presente obra foi organizada por profissionais vinculados à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), em especial no seu curso de Odontologia. Além disso, o exemplar conta com uma ampla participação de diversos colaboradores com formação e atuação na área de Odontologia Legal.

Prof. Dr. Jeidson Antônio Morais Marques é Professor Adjunto na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Professor Doutor da Universidade de Ensino Superior de Feira de Santana (FAN-UNEF), onde coordena o curso de Odontologia. É ex-presidente da Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL) e já possui outras obras publicadas, principalmente no campo das marcas de mordida (<http://lattes.cnpq.br/5885473983139193>).

Profa. Dra. Wanessa Maria de Freitas Aras é graduada em Odontologia, doutora em Dentística Restauradora e também Professora Adjunta do Curso de Odontologia da UEFS-BA (<http://lattes.cnpq.br/3449341286293769>) – Figura 1.

REVISÃO DA OBRA

A presente obra, lançada no ano de 2017, encontra-se em sua primeira edição, e compõe o primeiro volume da coleção “Tratado de Perícias Forenses”, editado pela Leud (Figura 2). Com uma rápida observação no índice do livro (Quadro 1),

nota-se que seu conteúdo versa sobre as mais diversas áreas da Odontologia Legal, contemplando-as de maneira atualizada e diversificada. Os assuntos tratados nos capítulos são rubricados por ilustres colaboradores, profissionais que possuem formação e experiência nestes temas. A obra conta com 14 colaboradores.



Figura 1 – Organizadores da obra: Dr. Jeidson Marques (esquerda) e Wanessa Aras (direita).

Os capítulos tratam majoritariamente da atuação pericial no campo da Odontologia Legal. São 20 capítulos com o objetivo de compilar conhecimentos atualizados e subsidiar os profissionais que exercem a especialidade a uma atuação segura e respaldada em ciência. Além disso, conta com capítulos que tratam sobre aspectos históricos, materiais dentários e tecnologias 3D aplicadas à Odontologia Forense, preocupando-se não apenas em concatenar saberes já discutidos na literatura, mas também ampliá-los.

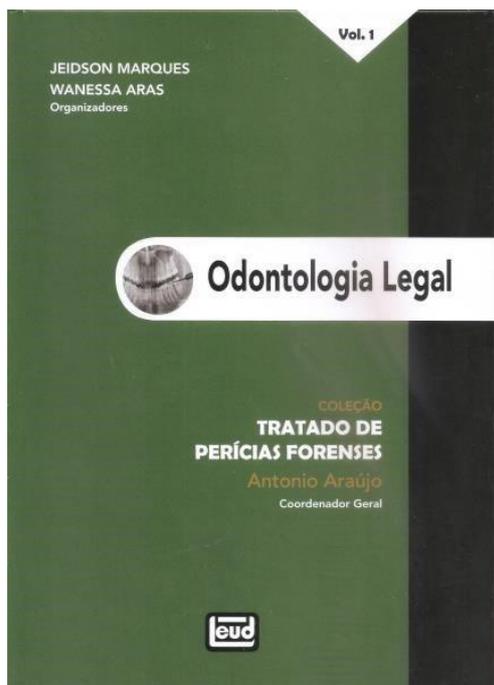


Figura 2 – Capa do livro.

Quadro 1 – Mostrando as diferentes partes do livro e seu respectivo conteúdo.

Sumário

Cap. 1 – História da odontologia legal
Cap. 2 – Materiais dentários em odontologia legal
Cap. 3 – Estimativa da idade em odontologia legal
Cap. 4 – Anatomia dentária aplicada à odontologia legal
Cap. 5 – Necropsia em odontologia legal e tanatologia forense
Cap. 6 – Radiologia forense em odontologia legal
Cap. 7 – Perícia de marcas de mordidas
Cap. 8 – Violência doméstica e maus-tratos infantis
Cap. 9 – Reconstrução facial forense
Cap. 10 – Rugoscopia palatina
Cap. 11 – Tipificação criminal de lesões bucomaxilo-faciais
Cap. 12 – Queiloscopia: um método odontológico de identificação humana
Cap. 13 – Documentos odontológicos na identificação humana
Cap. 14 – Antropologia forense odontológica
Cap. 15 – Genética forense e odontologia legal
Cap. 16 – Desastres em massa
Cap. 17 – Traumatologia forense: agentes produtivos de lesões
Cap. 18 – Arqueologia forense
Cap. 19 – Fotografia forense
Cap. 20 – Tecnologia 3D em odontologia forense

O capítulo introdutório à obra começa abordando o conceito especialidade, através de sua definição oficial, dada pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), por intermédio da sua Resolução 63/2005¹. Com isso, prossegue com a exposição de um breve histórico da

Odontologia Legal como ciência, aludindo suas origens tanto em contexto global quanto nacional, fazendo menção a casos e locais históricos para a especialidade, como o notório caso do Bazar da Caridade, na França, epicentro do surgimento da especialidade. Em contexto nacional, o texto preocupa-se em reverenciar outras obras de suma importância dentro da área, imbuindo especial homenagem ao Prof. Luiz Lustosa, considerado o “pai” da especialidade e discutindo o nascimento da Odontologia Legal tanto legalmente quanto no contexto do ensino². Além disso, o capítulo também apresenta um relato da origem e decurso da Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL), evidenciando o crescimento do ramo forense dentro da Odontologia³.

No segundo capítulo existe uma ampla discussão e apresentação sobre materiais dentários e suas características, aspectos clínicos e radiográficos e a influência que intempéries como temperaturas extremas exercem sobre tais materiais e suas propriedades, como cor e integridade. Tais conhecimentos são de notável relevância ao especialista que atua em casos de identificação humana, pois possibilita o reconhecimento do material degradado por essas condições, além de ser uma temática que é ainda estudada nos dias atuais⁴.

Igualmente importante, o terceiro capítulo da obra aborda um tema que está em voga dentre as atribuições da Odontologia Legal: a estimativa de idade. O texto percorre por todo o arcabouço de técnicas e métodos utilizados nesse escopo, tanto dentais quanto esqueléticos, dividindo-os didaticamente a partir das modalidades pelas quais as informações são observadas e registradas pelo perito. O conhecimento da idade real, ou cronológica, é de grande valia para fins forenses, tanto civil como criminalmente^{5,6}. O capítulo 4 é um pouco mais breve, mas não menos importante, e traz conceitos de anatomia dental voltadas para a prática forense, como na análise de marcas de mordida e diferenciação entre dentes humanos e animais.

O capítulo 5 versa sobre aspectos legais e técnicos das necropsias em odontologia legal e conceitos sobre a tanatologia forense, representando um imprescindível capítulo de leitura para profissionais investidos em funções periciais oficiais, como o caso de peritos criminais e peritos Odontologistas, que

lidam com casos de óbito rotineiramente. A função do cirurgião-dentista nesses institutos é de grande importância, pois estes detêm conhecimentos indispensáveis para a boa prática pericial⁷. Da mesma forma, esses profissionais podem beneficiar-se com a leitura dos capítulos subsequentes, que dissertam sobre o amplo leque de estudos periciais dentro da *Odontologia Legal* como a utilização da radiologia em favor da atuação do expert (Cap. 6), perícias em marcas de mordidas (Cap. 7) e a reconstrução facial forense (Cap. 9), que é inclusive reiterada com método auxiliar de identificação, afastando a possibilidade da identificação humana diretamente com o uso do método, mas não a sua grande relevância dentro de um contexto onde informações *ante-mortem* são escassas.

Cabe salientar que os capítulos 8 e 11 trazem temáticas correlacionadas, que almejam o esclarecimento ao perito ou especialista a respeito de práticas violentas e seus reflexos no tocante à *Odontologia Legal*. O primeiro traz conceitos sobre a violência doméstica e contra indivíduos vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos. Ademais, traz informações sobre os amparos éticos e legais frente a tais situações, bem como condutas a serem tomadas para garantir a proteção dessas pessoas, como a notificação compulsória, além da identificação de sinais e lesões que possam levantar suspeita ou confirmar quadros de violência, compondo um texto de interesse não só aos profissionais de atuação pericial, mas também àqueles que possuem atividade predominantemente clínica. Já o segundo capítulo mencionado contempla uma visão penal sobre as lesões corporais que atingem o complexo bucomaxilofacial, analisando-as à luz do Art. 129 do Código Penal Brasileiro, que alinha uma série de qualificadoras dessas lesões, que podem ou não estarem presentes no periciando em que se analisa, tendo influência direta sobre as penas cominadas ao agressor, dependendo da gravidade conferida à lesão avaliada⁸.

A obra também busca debruçar-se sobre temáticas que são merecedoras de menção ao leitor que busca um conhecimento em *Odontologia Legal* de forma completa, como é o caso dos capítulos 10 e 12, que discutem as técnicas de Rugoscopia Palatina e Queilosopia, respectivamente. Não obstante, tais capítulos, além de trazerem toda a conceituação, metodologias e tabelas

referentes aos métodos citados, alertam ao leitor que são técnicas que carecem de padronização e devem ser utilizadas com parcimônia. O capítulo 13 é digno também de menção, por tratar sobre documentos odontológicos e sua importância na identificação humana, alumiando um tema que é particularmente negligenciado pela classe odontológica, muitas vezes prejudicando o trabalho dos peritos. Além disso, o gerenciamento dos dados odontológicos é fundamental nos processos de identificação humana relacionados aos desastres em massa, que são devidamente discutidos mais adiante, no capítulo 16.

O capítulo 14 é dedicado inteiramente à Antropologia Forense. O texto defende a criação do termo “Antropologia Forense Odontológica”, dada a participação chave dos Peritos Odontologistas investidos em órgãos periciais dentro desse campo de estudos. O capítulo reúne uma série de metodologias que visam estabelecer o perfil biológico de ossadas, ou seja seu provável sexo, ancestralidade, faixa etária e estatura, ajudando assim a reduzir o universo de possíveis suspeitos do caso. Válido observar que o texto trata apenas das metodologias que envolvem o crânio e os dentes, que ocupam uma parcela razoável no vasto universo da Antropologia Forense.

A porção final da obra elenca mais um conjunto de temas de grande magnitude ao estudo da *Odontologia Legal*. Destaca-se o capítulo 16, que como citado anteriormente, aborda os desastres em massa e o papel da *Odontologia Legal* nestes, já que na última década vários acometeram múltiplas regiões do mundo, levando à mobilização de entidades como a INTERPOL a juntarem esforços para a criação de guias e formulários de auxílio na identificação humana nesses casos, dos quais criou-se o DVI GUIDE, com sua última versão sendo lançada em 2013⁹. A *Odontologia* possui um papel primordial na condução da identificação de vítimas de desastres em massa¹⁰, e adquirir conhecimentos nesse sentido é de muita importância.

Finalmente, o capítulo que fecha a obra aborda as tecnologias 3D aplicadas à *Odontologia Legal* e a sua leitura nos apresenta uma visão atualizada e aplicada de técnicas como a tomografia computadorizada, fotogrametria e análises computadorizadas de modelos dentais, utilizáveis em diversos tipos de casos, tanto

em âmbito civil como criminal, conforme o capítulo indica. É evidente, como já dito, a preocupação da obra em não apenas compilar conteúdo, mas expandir em áreas pouco exploradas.

Em síntese, com um giro sumário por esta excelente obra, é garantida a aquisição de conhecimentos valiosos para

a boa prática da Odontologia Legal como especialidade e também como área que integra a Odontologia como um todo. A obra constitui um robusto alicerce científico e prático, abordando amplamente os campos de atuação da especialidade, bem como das ciências forenses em geral.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Conselho Federal de Odontologia. Resolução CFO – 63/2005. Consolidação das normas para procedimentos nos Conselhos de Odontologia. [Acesso em 10 de dezembro de 2017]. Disponível em: <http://cfo.org.br/wpcontent/uploads/2009/10/consolidacao.pdf>.
2. Silva RF, Miamoto P, Silva RHA. Luiz Justosa da silva e o surgimento da odontologia legal no Brasil – Revisão em acervo jornalístico e de literatura. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2017; 4(1): 78-106. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v4i1.118>.
3. Costa PB, Silva RF, Silva RHA. Associação Brasileira de Ética e Odontologia Legal (ABOL): 20 anos divulgando e defendendo a especialidade. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2016; 3(2): 123-30. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v3i2.13>.
4. Biancalana RC, Vicente SA, Sila RHA, Souza FCP. Color Stability of Dental Restorative Materials Submitted to Heat Sources, for Forensic Purposes. J Forensic Sci. 2017; 62(2): 355-60. <http://dx.doi.org/10.1111/1556-4029.13292>.
5. Silva RF, Mendes SDS, Rosário-Júnior AF, Dias PEM, Martorell LM. Evidência documental x evidência biológica para estimativa da idade – relato de caso pericial. ROBRAC. 2013; 21(60):6-10.
6. Fernandes MM, Tinoco RL, de Braganca DP, de Lima SH, Francesquini Junior L, Daruge Junior E. Age estimation by measurements of developing teeth: accuracy of Cameriere's method on a Brazilian sample. J Forensic Sci 2011; 56(6): 1616-9. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1556-4029.2011.01860.x>.
7. Ribas-e-Silva V, Terada ASSD, Silva RHA. A importância do conhecimento especializado do cirurgião-dentista nas equipes de perícia oficial do Brasil. Rev Bras Odontol Leg RBOL. 2015; 2(1): 68-90. <http://dx.doi.org/10.21117/rbol.v2i1.22>.
8. Hungria N. Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1958.
9. INTERPOL. DVI Guide 2013. Disponível em: <https://www.interpol.int/Media/Files/INTERPOL-Expertise/DVI/DVI-Guide-new-version-2013>. Acesso em 10 de dezembro de 2017.
10. Polícia Civil do Distrito Federal. Plano de Contingência Para Atuação em Eventos Fatais com Multidão. Departamento de Polícia técnica. Brasília, DF; 2008. Acesso em 10 de dezembro de 2017.